

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

**DOCUMENTO:** Projeto de Lei nº. 037/2025/LEG

**PROCEDÊNCIA:** Ver. Paulo Kleinubing

**RELATOR:** Ver. Bispo Padovan

**ASSUNTO:** "Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função na Administração Pública da Cidade de Uruguaiana/RS por pessoa condenada pelo crime de maus-tratos contra animais."

### PARECER

#### I – Relatório

Foi apresentado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise e parecer, Projeto de Lei nº. 037/2025/LEG, de autoria da Ver. Paulo Kleinubing, que:

"Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função na Administração Pública da Cidade de Uruguaiana/RS por pessoa condenada pelo crime de maus-tratos contra animais."

#### II – Análise

Após análise da matéria ora em apreciação, verificou-se que o Legislador com a iniciativa de assegurar a efetividade do direito previsto na Constituição Federal que assevera, em seu art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Poder Público, entre outros ditames, proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

O aludido projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para "legislar sobre assuntos de interesse local", bem como "suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber". No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, inc. I, da Carta Magna que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar "sobre assuntos de interesse local".

Destarte, do ponto de vista da constitucionalidade, juricidade e legalidade o projeto de lei é adequado, não ferindo a Constituição da República, Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, e tampouco a Lei Orgânica do Município.



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ante o exposto, manifestamos pela **constitucionalidade** bem como pela **legalidade** e **juricidade** do Projeto de Lei nº. 037/2025/LEG

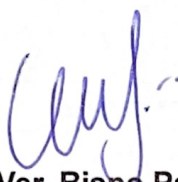
No que tange à regimentalidade do projeto de lei e modificações propostas, verificamos que fora instruído corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Assim, não verificamos irregularidade capaz de impedir o prosseguimento da proposta e manifestamos pela **regimentalidade** do Projeto de Lei nº. 037/2025/LEG

### III – Voto do Relator

Ante o exposto, o Projeto de Lei nº. 037/2025/LEG, revestem-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa, não possui nenhum vício nesta ordem, que impeça seu regular prosseguimento; no mérito, o parecer é: **FAVORÁVEL** a sua regular **TRAMITAÇÃO** e **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2025.



Ver. Bispo Padovan.  
Relator.

De acordo:

Contrário:

